

## A função social da universidade e a política de assistência estudantil<sup>1</sup> para maior acesso e permanência na Educação Superior

The social function of the university and the student assistance policy for greater access and retention in Higher Education

Ilza Maria da Silva Alves<sup>2\*</sup>  
Maria Celia Borges<sup>3\*</sup>

99

**Resumo:** O presente artigo propõe uma reflexão a respeito do papel social que a universidade pública vem assumindo e desempenhando ao longo dos tempos, em específico a universidade pública, na interface com as questões da comunidade interna e externa, entendendo a educação enquanto um direito social resultante de conquistas obtidas por diversos coletivos ao longo da história. Na atualidade temos por entendimento que a universidade deve, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, buscar ampliar e fortalecer sua função social, proporcionando ensino para além do viés capitalista e mercadológico. Após realizar pesquisa utilizando referencial teórico pertinente ao escopo desse texto abrangendo a função social da universidade, pode-se afirmar, por fim, que o fortalecimento da função social da universidade perpassa o estímulo ao olhar crítico e pensamento emancipatório do graduando. Pretende-se aqui contribuir para o debate sobre a necessidade tanto do graduando quanto da universidade, bem como de toda a comunidade universitária, de caminharem para a ampliação, o fortalecimento e a ressignificação do papel social da universidade na atualidade e, assim, proporcionar o

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de Doutorado em Educação intitulada “A assistência estudantil na educação superior: Contribuições e limites relativos à conclusão de curso da estudante bolsista da UFU”. Esta pesquisa foi realizada entre os anos de 2019 a 2023 na Universidade Federal de Uberlândia sob orientação da prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Celia Borges.

\*Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. PPGED/UFU. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Uniube (Universidade de Uberaba). Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-MG. <https://orcid.org/0000-0001-5108-4193>. E-mail: [ilza.alves@ufu.br](mailto:ilza.alves@ufu.br)

\*Professora TITULAR na Universidade Federal de Uberlândia, FACED. Pós-doutorado em Educação pela FEUSP, no programa do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação (2010). Pós-doutorado em Ciências da Educação, especialidade de Sociologia da Educação e Política Educativa na Universidade do Minho/Portugal (2024). Doutorado pela PUCSP no Programa de Educação/Currículo (2007). Mestrado em Educação pela UFU (2000). Especialização (lato sensu) em Metodologia do Ensino Superior, Psicopedagogia e Fundamentos da Educação. Graduação em Pedagogia na Faculdades Integradas de Uberaba (1987). <https://orcid.org/0000-0002-5445-023X>. E-mail: [marcelbor@gmail.com](mailto:marcelbor@gmail.com)

Recebido em 05/01/2025

Aprovado em: 12/02/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



desenvolvimento de ações a serem revertidas em benefícios para a sociedade e não direcionados apenas aos interesses da classe dominante.

**Palavras-chave:** Universidade pública. Papel social. Políticas públicas.

**Abstract:** This article aims to reflect on the social role that public universities have assumed and played over time, especially public universities in the interface with internal and external issues of the community, understanding education as a social right resulting from the achievements reached by different collectives throughout history. At present, we believe that universities should seek to expand and strengthen their social function through teaching, research and extension by providing education beyond the capitalist and market orientation. After an investigation based on a theoretical framework related to the social function of universities, it can be concluded that strengthening the social function of universities involves the promotion of critical and emancipatory thinking among students. The aim is to contribute to the debate on the need for both, students and the university community as a whole, to expand, strengthen and redefine the social function of the university today, thus promoting the development of actions that are transformed into benefits for society and are not only focused on the interests of the ruling class.

**Keywords:** Public university. Social role. Public policies.

## 1 Introdução

Em decorrência da conjuntura e das mudanças estruturais que foram ocorrendo, a educação veio se tornando um mercado cada vez mais atrativo para os grandes empresários do segmento educacional. Em meio a esse processo, o discurso da função da universidade se perde devido a um discurso que traz a necessidade de formar profissionais cujo foco é atender o capital. Isso nos leva a questionar o modelo educacional adotado pelo Ensino Superior que, estando voltado aos interesses do capital, prioriza apenas a atenção aos ditames do mercado, em detrimento de uma formação voltada ao equacionamento de outras demandas societárias. Com isso, os princípios que norteiam a educação vêm mudando, e essa mudança é resultado de uma adaptação necessária sob a lógica do capital, que vem sendo observada ao longo dos tempos. Nesse sentido, entendemos ser importante identificar o papel que a universidade desempenha, ou deveria desempenhar, no sentido de promover uma educação para além do capital (MÉSZÁROS, 2008).

A relação entre a função social da Universidade e as políticas de Assistência Estudantil se dá na medida em que essas políticas se constituem e por meio das quais a universidade viabiliza ações para garantir a permanência de estudantes de camadas sociais menos favorecidas. Temos por entendimento que as políticas de Assistência Estudantil representam

uma possibilidade maior de inclusão de um público identificado como menos favorecido e que, antes do processo de expansão do Ensino Superior, não fazia parte do universo universitário enquanto estudantes. Nesse sentido, a sociedade só tem a ganhar, pois a universidade passa a ter um corpo discente mais diversificado, cultural e socialmente falando. Assim, a sua participação no processo de produção do conhecimento por meio da pesquisa, do ensino e da extensão, tende a ter maior proximidade com as demandas sociais.

## 2 Função social, impasses e desafios vivenciados pela universidade

Tomando a educação como direito, partimos do entendimento que a Educação Superior, tida como o prolongamento da vida acadêmica, deve igualmente ser alçada sob a ótica do direito. De acordo com McCowan (2015):

[...] O direito à educação não deve ter um ponto inicial e final. [...]. O direito à educação superior, portanto, deve ser visto no contexto de um direito geral à educação ao longo da vida. A educação superior, dessa forma, é uma das várias opções de aprendizagem organizada disponíveis para as pessoas na idade adulta, juntamente com várias formas de educação vocacional, treinamento específico para o trabalho, atividades criativas e artísticas, desenvolvimento pessoal e assim por diante. (MCCOWAN, 2015, p. 165).

A Educação Superior permite que os indivíduos tenham acesso a outros níveis de desenvolvimento, possibilitando que estes se diferenciem, comumente pela sua qualificação e diplomação, aumento da capacidade crítica, experiência, entre outros, ao passo que sem acesso a esse nível de ensino, é provável que a competitividade, já acirrada pelas desigualdades, só aumentaria, incorrendo em mais injustiças.

Quanto à origem da Educação Superior, vários estudos trazem que o início da universidade é permeado por discordâncias quanto à data e local. Elencamos Giovanni Reale (2002), que traz que a fundação da primeira academia pode estar enraizada na Grécia antiga, por volta de 387 a.C., partindo do pensamento de Platão de que “era necessário fundar uma verdadeira escola, um organismo que [...] visasse à educação e à formação dos seus membros, segundo planos de estudo bem articulados e métodos sistematicamente determinados.” (REALE, 2002, p. 70) Já a universidade, nos moldes que hoje se conhece, tem como berço os países europeus, tendo surgido por volta do século XI, mais precisamente em Bolonha, na Itália. Fruto de escolas episcopais e particulares, a Universidade de Bolonha (1088) atingiu notoriedade com seus cursos como o de Direito, por exemplo.

Os séculos seguintes mostraram um crescimento das universidades e, diferentemente do continente europeu, nas Américas, em especial no Brasil, a inserção do Ensino Superior não se deu de forma rápida e nem igualitária. Este nível de ensino foi se desenvolvendo e transpondo impasses decorrentes do jogo de interesses que havia, e ainda há, com a educação enquanto um representativo instrumento de dominação.

Esse contexto marca o processo educativo que no Brasil se sobressai por seu caráter elitista, a serviço da nobreza, dos senhores feudais e dos grandes produtores, cuja atribuição principal era a de formar a elite pensante do país como forma de ascender socialmente, e não necessariamente visando à formação do indivíduo.

Dado o caráter indissociável entre a educação e a sociedade, o processo educativo, seguindo o movimento societário, também vem sofrendo mudanças em relação ao seu papel perante a sociedade. Essas mudanças decorrem de um longo processo histórico, marcado por impasses e tensões, e que impactam diretamente no modo de ver o ensino, na forma de ensinar, na forma como os indivíduos se portam diante da educação e ainda na definição da função que essa educação deve ter em relação à sociedade.

É sabido que para os povos primitivos a educação era parte de uma estrutura homogênea e concebida como uma função espontânea da sociedade na qual os interesses e objetivos comuns do grupo se realizavam de forma igualitária, simples e uniforme. Com o fim dessa sociedade primitiva, surgiu uma nova estrutura de sociedade, formada por várias classes sociais, e este processo de modificação societária provocou também uma mudança no processo educativo. De acordo com Ponce (2007),

[...] Com o desaparecimento dos interesses comuns a todos os membros iguais de um grupo e a sua substituição por interesses distintos, pouco a pouco antagônicos, o processo educativo, que até então era único, sofreu uma partição: a desigualdade econômica entre os "organizadores" - cada vez mais exploradores - e os "executores" - cada vez mais explorados - trouxe, necessariamente, a desigualdade das educações respectivas (PONCE, 2007, p. 26).

Ainda sobre essas mudanças, o que se observa em relação ao processo educativo é que a educação de cada época traz o retrato de determinada sociedade resultante de suas tensões e das aspirações e necessidades dos indivíduos que dela participam. Com o passar dos tempos, novas demandas são apresentadas à área da educação, fazendo com que surja um novo olhar para o ensino no tocante à sua aplicabilidade e ao público a ser atendido.

O Ensino Superior se insere nesse contexto de mudanças educacionais e vem se adequando na medida em que novas demandas são apresentadas pela sociedade. Sobre esse acompanhamento e adequação, Gomes (2014, p. 7) afirma que “a Universidade é provocada para acompanhar a *evolução dos tempos* enquanto organização tradicionalmente estruturada para o ensino e que, na tentativa de responder a estas provocações, exige de seu contingente humano avanços nesta direção”.

Diante deste contexto, a universidade foi adquirindo novos papéis e assumindo, assim, nos dizeres de Sobrinho (2003), uma perspectiva de “formação, produção dos conhecimentos para aumento da dignidade da vida, desenvolvimento civilizatório, aprofundamento dos valores democráticos e de elevação do humano” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 119).

Em que pese o fato de a educação ter uma história que a liga ao Estado em alguns momentos, e em outros à igreja, Sguissardi (2016) afirma que ela sempre teve como característica presente o seu caráter instrumental, e assim o sendo: “Vê-se aí uma precisa síntese dos vínculos da educação superior com as forças dominantes em cada tempo histórico.” (SGUISSARDI, 2016, p. 8)

Nesse sentido, pode-se dizer que as transformações em relação aos novos papéis assumidos pela universidade, que hoje perpassam a necessidade de atender de modo mais amplo aos anseios postos pela sociedade, esta se viu impelida a continuar revendo e ampliando seu papel perante a sociedade em seus diversos segmentos, diante da necessidade de dar respostas aos indivíduos e à sociedade em geral.

Entretanto, se considerarmos que a universidade não está isenta das contradições presentes na sociedade, haja vista que historicamente se constituiu como espaço de resistência a diversas formas de opressão advindas da classe dominante, ela também se apresenta como um importante local de representação política e legitimação de poder.

Mesmo que se constitua como espaço de resistência, de acordo com Calderón (2004, p. 104), a universidade também se constitui como “um poderoso espaço de transmissão de ideologia, na medida em que é o lugar privilegiado para a formação no nível superior”.

Ao discorrer sobre a questão ideológica presente na universidade, Santos (1999, p. 173) traz que “a busca desinteressada da verdade, a escolha autônoma de métodos e temas de investigação e a paixão pelo avanço da ciência constituem a marca ideológica da universidade moderna”. Essa ideologia se viu em crise, tanto pela vertente economicista e produtivista quanto pela vertente social refletida nas críticas e reivindicações da sociedade, para que esta universidade se envolvesse na resolução de questões sociais e econômicas que se apresentavam.

Assim sendo, a universidade, enquanto espaço permeado por contradições que cotidianamente se manifestam devido à complexidade na qual ela está inserida, está sempre em contato com novos desafios que lhe impulsionam a estar sempre revendo e atualizando seu papel perante a sociedade interna e externa. Nesse sentido, pensar sobre o papel social da universidade atualmente implica em assumir que este papel vai além da formação acadêmica e preparação do indivíduo para o mundo do trabalho por meio de uma graduação. Ou seja, ele não se encerra aí. Nesse sentido, para Dias Sobrinho (2008)

[...] Compete à educação superior também trabalhar pelo fortalecimento da identidade nacional, pela formação da consciência de nação republicana e soberana. A educação superior é instrumento de aprofundamento e fortalecimento da autonomia pessoal, da emancipação do sujeito mediante as relações com os valores, o conhecimento, a crítica, a reflexão, o exercício político da participação na vida da sociedade. (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 195).

Enquanto *locus* privilegiado para a formação de indivíduos, responsável pela “produção de alta cultura e conhecimento científico” (SANTOS, 1999, p. 168), a educação deve também ser o *locus* responsável pela inclusão daqueles estudantes que têm o sonho de cursar o Ensino Superior.

Esse entendimento leva a refletir sobre a importância de entender o panorama atual sobre o papel que está sendo assumido pela universidade e identificar a necessidade de que ela acolha um público cada vez mais diverso em relação a cor, gênero, nível socioeconômico, englobando, enfim, uma diversidade que leva a uma universidade mais heterogênea, plural e representativa.

[...] A dimensão pública das instituições de ensino superior se efetiva simultaneamente pela sua capacidade de representação social, cultural, intelectual e científica. E a condição básica para o desenvolvimento desta representatividade é a capacidade de assegurar uma produção de conhecimento inovador e crítico que respeite a diversidade e o pluralismo, e não simplesmente preencha uma função de reprodução de estruturas, relações e valores; antes, acolha os mais diversos elementos que possam constituir questionamentos críticos que configurem a universidade como protagonista da evolução histórica da sociedade. (ANDES-SN, 2003, p. 8).

A universidade, tida como *locus* de aprendizagem, de criação e, em tese, a serviço da comunidade, passa a ter um papel que extrapola as questões técnicas e vai se adequando às novas necessidades dos indivíduos que nela adentram na condição de estudantes. Enquanto

instituição inserida no contexto de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, econômicas e políticas, se vê impelida a buscar alternativas e soluções frente aos novos desafios que se apresentam diante dela. Esses desafios são oriundos do próprio movimento dinâmico da sociedade que, diante de novos contextos sociais e econômicos, busca ressignificar e ampliar o papel exercido pela educação e, nesse caso em especial, o da Educação Superior via políticas públicas.

Ao retomarmos historicamente o surgimento da universidade, o que se observa, de acordo com Santos (1999), é que ela se caracterizou, desde a Idade Média, como uma instituição criada para atender às necessidades de uma elite, cujo ponto de vista conservador insistia que esta instituição deveria ter como vocação a investigação científica e humanística, uma vocação por natureza “isolacionista e elitista” (SANTOS, 1999, p. 179).

Com as novas demandas societárias nascidas a partir do avanço do modo de produção calcado no sistema capitalista, a ideia de universidade privilegiada por ser considerada o *locus* da produção do conhecimento científico já se encontrava em uma relativa falta de sintonia com as “*exigências sociais* emergentes”. (SANTOS, 1999, p. 168, grifos do autor)

Essas exigências sociais eram provenientes da cultura de massas, que trazia uma lógica diferenciada para enxergar a produção e o consumo em relação às ideias da alta cultura universitária composta pelas classes superiores. Diversos grupos passaram a questionar o monopólio exercido até então por essa alta cultura e, em decorrência desse movimento, a universidade se viu impelida a rever e readequar seu posicionamento em relação ao seu papel e suas responsabilidades perante a sociedade. Nos dizeres de Santos (1999),

[...] O apelo à prática teve, a partir dos anos sessenta, uma outra vertente de orientação social e política, que consistiu na invocação da responsabilidade social da universidade” perante os problemas do mundo contemporâneo, uma responsabilidade raramente assumida no passado apesar da premência crescente desses problemas e apesar de a universidade ter acumulado sobre eles conhecimentos preciosos. Esta vertente teve, assim, um cunho marcadamente crítico. A universidade foi criticada, quer por raramente ter cuidado de mobilizar os conhecimentos acumulados a favor de soluções dos problemas sociais, quer por não ter sabido ou querido pôr a sua autonomia institucional e a sua tradição de espírito crítico e de discussão livre e desinteressada, a serviço dos grupos sociais dominados e seus interesses (SANTOS, 1999, p. 178).

A reivindicação por mudanças no papel da universidade, segundo Santos (1999), envolve considerar que esta deveria se comprometer no equacionamento, ou até na solução, de problemas que perpassam questões de âmbito mundial como sustentabilidade do planeta,

problemas nacionais como desemprego e problemas locais como assistência jurídica, médica, educação de adultos, cultura, etc.

Essas questões, que foram sendo inseridas no âmbito do Ensino Superior, levaram a universidade a adquirir nova concepção. As ações de ensino, pesquisa e extensão universitárias passaram a contemplar o atendimento das múltiplas questões que se expressam cotidianamente no âmbito da universidade, fazendo com que ela passasse a ter que considerar, discutir e equalizar outras questões para além daquelas iniciais, uma vez compromissada com a formação da elite pensante.

Com o advento da industrialização, criação e ampliação de novas frentes de trabalho em consonância ao projeto de manutenção da hegemonia capitalista, surgiu a necessidade de qualificar o operariado com uma formação de mão de obra mais especializada, por meio de um ensino destinado à formação de novos profissionais para serem inseridos no mercado de trabalho (Chauí, 2003), em resposta às novas demandas comerciais e econômicas que foram aparecendo.

A adequação da universidade às novas demandas societárias, que exigiam uma mudança no seu papel em relação ao seu compromisso de forma ampliada tanto em relação ao público interno quanto externo, aliada à necessidade de formação de mão de obra voltada ao trabalho, provocou um deslocamento da centralidade da universidade, até então tida como referência e único modelo de Ensino Superior. Com isso, deu-se o surgimento de outras instituições, que passaram a dividir com essa universidade o espaço destinado ao Ensino Superior. Estas novas instituições surgiram como forma de preencher o espaço relacionado à formação de profissionais de nível superior para atendimento às demandas do mercado e ao capital em ascensão. Essa perda de centralidade levou a universidade a vivenciar o que Santos (2008) chama de *crise da hegemonia*.

[...] A crise de hegemonia resultava das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe tinham vindo a ser atribuídas. De um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade se tinha vindo a ocupar desde a Idade Média europeia. Do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão-de-obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. A incapacidade da universidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias levava o Estado e os agentes económicos a procurar fora da universidade meios alternativos de atingir esses objetivos. Ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, a universidade entrara numa crise de hegemonia (SANTOS, 2008, p. 13).

Esse processo, permeado pela perda da centralidade, necessidade de revisão quanto à sua real função perante a sociedade, e diante das novas demandas que surgiam, trouxe à tona todo um processo de contradição, que levou, de acordo com Santos (2008), a uma descaracterização da universidade, antes pensada para atender apenas ao mais alto segmento societário. Levou também a um movimento do Estado no sentido de buscar preencher a lacuna existente em relação à formação profissional.

Coube aí, ao Estado, o papel de criar meios para ampliar o Ensino Superior e, ao mesmo tempo, dar respostas ao anseio mercadológico de forma rápida, com mão de obra especializada. Dessa forma, criou-se todo um aparato legal que permitiu a injeção de dinheiro público tanto no ensino profissional quanto em programas de financiamento do Ensino Superior privado, a exemplo de programas como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e foram surgindo instituições privadas com fomento Estatal.

Aliado ao financiamento do Ensino Superior privado como forma de suprir uma deficiência por novas vagas para ingresso nessa área, e ainda como meio de responder aos anseios mercadológicos ditados pelo capitalismo, o governo avançou na promoção da abertura do Ensino Superior. Amparado por um forte discurso que indicava a necessidade de diminuir as desigualdades (raciais, sociais, econômicas e outras mais), já observadas historicamente em se tratando do contexto universitário, o Governo Federal implementou um arcabouço legislativo composto por programas governamentais na área do Ensino Superior que buscou ampliar as condições de acesso, concretizando a descentralização da universidade enquanto instituição à frente do Ensino Superior e da realização de pesquisas.

O Ensino Superior passou a ser formado por diferentes tipos de instituições como universidades, faculdades, centros universitários e outras denominações.

Sabendo que se tem um número infinitamente maior de instituições privadas em decorrência das políticas expansionistas, já abordadas em falas anteriores, a realidade que se apresenta é marcada por um sistema de Ensino Superior majoritariamente composto por grupos que atuam no mercado educacional e que prioriza atender, em primeiro lugar, esse mercado e, assim, formar mão de obra especializada e, se possível, de modo mais aligeirado.

A Constituição de 1988 evidencia, em seu artigo 207, que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Na prática, a execução desse princípio constitucional tem sido uma atribuição praticada por

Instituições Federais de Ensino superior (IFES), sendo que algumas delas também se voltam ao atendimento do mercado.

Nesse contexto mercantilista as ações de pesquisa e extensão ficam, muitas vezes, relegadas a segundo plano, propositalmente ou não. Nesse sentido, o que era para ser uma prática pedagógica focada na promoção da emancipação do sujeito, bem como na busca de melhoria de toda a sociedade, resume-se no atendimento a serviço do mercado.

[...] Os grandes conglomerados multinacionais utilizam a estrutura pública e a mão de obra qualificada da universidade para realizarem pesquisas que serão a base de seus produtos, ou que referendem informações que lhes trarão benefícios mercadológicos. Sendo assim, o conhecimento produzido serve a determinados interesses e atende a determinadas demandas, quais sejam, as das classes dominantes. (ARAÚJO, 2013, p. 40)

Essa constatação trazida por Araújo (2013), fragiliza e desequilibra um princípio constitucional evidenciado na Carta Magna de 1988, em seu artigo 207 anteriormente mencionado. Esse desequilíbrio se dá na medida em que as IES voltadas ao atendimento do mercado priorizam o ensino, relegando a pesquisa e a extensão a segundo plano.

De acordo com Paulo Freire (1997), esse tipo de educação é tido como uma educação bancária, ou seja, aquela que tem o propósito apenas de introjetar somente conteúdos específicos que servirão para a execução de uma determinada tarefa, num processo descompromissado com a formação crítica do estudante que, a partir do que foi assimilado, resta-lhe apenas reproduzir. Se pensada nessa lógica, a função da universidade fica muito restrita, tornando-se apenas uma mera repassadora de conteúdo. Os cursos de graduação que apresentam uma perspectiva mais tecnicista, e que se preocupam mais com a formação de competências e habilidades, também têm o mesmo objetivo: ensinar a fazer ou seguir instruções, em detrimento do ensinar a pensar, planejar, propor e criticar.

Há que se adotar uma outra perspectiva mais dialógica, emancipatória e inclusiva, como parte de um movimento societário aliado ao compromisso público da universidade tanto em formar o novo público que nela ingressa, prioritariamente marcado por uma população discente menos favorecida social e economicamente, quanto para contribuir para o desenvolvimento social, econômico e nacional sob um prisma mais amplo.

Ao se considerar que são muitos os desafios impostos à universidade, em decorrência das novas demandas tanto internas quanto externas, resultantes de um processo de mudança societária, pensar o papel da universidade é também pensar esse processo de mudança de toda uma sociedade, considerar suas demandas e ainda assumir que estas não se encerram com o seu

atendimento, posto que sempre surgirão outras, cabendo à universidade acompanhar essas mudanças, fomentada por políticas públicas que ofereçam respaldo e financiamento para tal.

Destarte, a universidade passaria a assumir uma perspectiva mais global, conectada aos problemas sociais e buscando formas de equacioná-los. De acordo com Santos (1999), isso resultaria no que ele chama de “concepção mais ampla de responsabilidade social, de participação na valorização das comunidades e de intervenção reformista nos problemas sociais” (SANTOS, 1999, p. 181).

A função social da universidade, já tão distorcida diante do avanço neoliberal materializado nas políticas de expansão que, descaradamente, promovem a ascensão do ensino privado e a mercadorização da educação, deve ser pautada no propósito de atender às demandas da sociedade, buscando, para isso, promover e estimular o pensamento crítico, oferecendo um ensino de qualidade *a todos* os estudantes que desejam cursar uma graduação, irrestritamente. Para isso, há que se lutar para que ingressar, estar, permanecer e concluir uma graduação na universidade deixe de ser privilégio de alguns, representados por um ou outro determinado grupo social, e se afirme enquanto um direito acessível a todos que estejam dentro dos critérios para cursar uma faculdade, independentemente de classe social, ou outros determinantes sociais que possam colocar em risco os avanços já conquistados em termos de representatividade composta pela diversidade, heterogeneidade e diversificação étnica, racial, espacial, regional, social, que se avoluma a cada dia nas universidades após uma história de séculos a serviço da elite.

O investimento em políticas de Assistência Estudantil caminha no sentido de garantir o direito à educação e na sua continuidade no Ensino Superior nos cursos de graduação. Constitui-se, assim, uma via de mão dupla pois, para a efetivação da função social, a universidade conta, ou pelo menos deveria contar, com o respaldo das ações de Assistência Estudantil enquanto um instrumento que viabiliza a execução do ensino, da pesquisa e da extensão no ambiente universitário.

Cabe à universidade, enquanto um bem a serviço da comunidade interna e externa, os desafios de assegurar a efetividade de sua função social numa perspectiva de formação integral do cidadão, ampliar o acesso, garantir a permanência no Ensino Superior do público em situação de vulnerabilidade, bem como resgatar valores perante a sociedade, tendo em vista os frequentes ataques aos quais essa instituição vem sendo submetida. Esses desafios perpassam não apenas a universidade, mas também o Estado e toda a sociedade que se compromete com a

luta por um futuro em que haja igualdade de oportunidades para acesso a um Ensino Superior referenciado, de qualidade e comprometido com a melhoria dos seres humanos.

### 3 Função social, acesso e permanência

Até aqui buscamos evidenciar os impasses e desafios vividos pelo ambiente universitário na sua constituição e na efetivação do seu compromisso perante a sociedade. A sociedade é composta por movimentos contraditórios que se por um lado permitem vislumbrar avanços, por outro trazem retrocessos na história de sua constituição. O ambiente universitário, reflexo dessa sociedade, não poderia se dar de modo diferente. A universidade se vê diante de desafios, limitações e impasses que necessitam ser superados para que se efetive, de fato, a sua função perante a sociedade.

Anteriormente, na discussão sobre a expansão da universidade, explicitada nas teses pesquisadas e na literatura, foi possível constatar que o processo de “democratização” do Ensino Superior trouxe, a partir dos anos 2000, uma diversidade para dentro da universidade e, com isso, o que se observou foi que a universidade se tornou mais representativa em termos de diversificação de público.

Foram programas como o de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que possibilitaram uma maior diversificação do público universitário, em específico no ensino público. O REUNI estabeleceu como meta a ampliação do acesso ao Ensino Superior público daqueles estudantes cujas condições socioeconômicas familiares não lhes favoreceram ao longo da sua história escolar, e de vida, no sentido de possibilitar-lhes o ingresso e manutenção, de forma tranquila, em uma universidade, mesmo que pública. O que observamos nesse programa resultante da luta de vários segmentos é que foi a partir de sua implementação que surgiu a possibilidade do ingresso de um número significativo de indivíduos de camadas sociais menos privilegiadas, social e economicamente falando, na universidade. Assim sendo, isso contradiz o princípio básico que levou à instalação do Ensino Superior no país, que foi atender à elite, o que caracteriza o que Santos (1999) chama de *crise da legitimidade*:

[...] A crise de legitimidade ocorre, assim, no momento em que se torna socialmente visível que a educação superior e alta cultura são prerrogativas das classes superiores, altas. Quando a procura de educação deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser uma aspiração socialmente legitimada, a universidade só pode legitimar-se satisfazendo-a. Por isso, a sua função tradicional de produzir conhecimentos e de os transmitir a um grupo social restrito e homogêneo, quer em termos das suas origens sociais quer em termos dos seus destinos profissionais, e de modo a impedir a sua queda de status,

passa a ser duplicada por outra de produzir conhecimentos a camadas sociais muito amplas e heterogênea e com vistas a promover a sua ascensão social (SANTOS, 1999, p. 183).

Nesse sentido, a universidade tem hoje como desafio levar conhecimento e, ao mesmo tempo, promover a inclusão de um grupo diversificado cujo perfil destoava daquele para o qual ela foi inicialmente pensada. A democratização do Ensino Superior, como já dito, trouxe mais pretos, mais quilombolas, mais pardos, mais índios, mais mulheres, mais pobres para a universidade, mudando a “cara” da instituição e, por consequência, suscitou a necessidade de repensar, ampliar e ressignificar o seu papel perante a sociedade.

A universidade, ao abrir as portas para esse novo público, se depara com novos desafios que, para além de questões educacionais, são desafios sociais que necessitam da atenção dos governantes e gestores para que se faça sua identificação e promova seu enfrentamento. Dentre esses desafios estão: acolher, de forma ampla e contínua, o novo público universitário que nela adentra; e identificar quais são as necessidades e fragilidades apresentadas por esses estudantes no sentido de buscar a garantia da sua permanência na universidade e a conclusão do curso. Esses são alguns dos desafios internos dessa instituição concebida como um bem público a serviço da comunidade, aliados aos processos de “mercantilização” e “mercadização” (SGUISSARDI, 2016) vivenciados pelas IFES.

A partir da democratização do acesso, os *campi* universitários, marcados historicamente pela presença de uma elite intelectual privilegiada, foram gradativamente sofrendo modificações em relação ao perfil do estudante ingressante (ANDIFES, 2019), tornando-se mais diversificados e mais próximos da realidade brasileira.

As políticas públicas, em especial aquelas voltadas ao novo público universitário que surgiu após a democratização do Ensino Superior, a partir dos anos 2000, são necessárias e urgentes, uma vez que esse novo público é composto pela diversidade, sendo economicamente menos provido em relação aos demais estudantes, conforme já divulgado na pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) em 2019.

Para garantir que esse novo público se forme, e assim aplique seus conhecimentos em prol da sociedade, espera-se que isso ocorra de forma profissional, ética e responsável, para que o nome da sua instituição formadora seja elevado. Para atingir tal fim, o Governo Federal, via políticas públicas, deve buscar implementar ações de apoio, dando condições para que esse estudante mais vulnerável tenha como permanecer e concluir a sua formação com qualidade.

Acredita-se que o posicionamento em defesa da universidade pública, democrática, referenciada socialmente, deva ser função de cada cidadão que se identifica com um projeto de sociedade pautado nos ideários de justiça e de igualdade. Ao falar de políticas de Assistência Estudantil, assume-se que estas devem ser igualmente baseadas em critérios justos e igualitários, de modo que ofereçam ao estudante condições de vivenciar o período universitário de forma digna e com sucesso.

Entendemos que relacionar a função social da universidade com políticas de expansão e permanência no Ensino Superior se faz pertinente no sentido que, na prática, o exercício da função social representa a resistência ao modelo universitário operacional<sup>4</sup> que restringe a universidade a exercer uma função calcada apenas no ideário bancário.

Para Araújo (2013), a função da universidade é contraditória, na medida em que:

[...] Mesmo produzindo massivamente um conhecimento atrelado aos interesses das elites, produz, também, em menor escala, um conhecimento novo, crítico, formando quadros como Florestan Fernandes, Marilena Chauí, Paulo Freire, Milton Santos, e tantos outros e outras que se contrapõem ao modelo posto, buscando alternativas populares de **emancipação social**. Percebe-se, então, que é possível (e preciso) repensar o modelo universitário brasileiro para que esse conhecimento crítico seja produzido em maior escala, e que a classe trabalhadora passe a ser a maior construtora e consumidora da universidade (ARAÚJO, 2013, p. 42, grifos nossos).

A importância de investir no acesso e na permanência reside na necessidade de admitir a educação enquanto um processo que não pode ser construído, e desenvolvido, por uma via de mão única, pois compreende construção coletiva. A universidade hoje, com certeza, está mais representativa e, assim sendo, está mais apropriada de conhecimentos para elaborar pesquisas que busquem combater, ou pelo menos minimizar, as desigualdades, criar cursos que sejam ligados à realidade e necessidade do novo público estudantil, trazer propostas para equacionar os problemas sociais e as mazelas advindas de anos de colonização e proteger do ataque das forças hegemônicas responsáveis por gerirem as políticas públicas de Educação Superior.

#### 4 Considerações finais

Nessa perspectiva, entendemos que a universidade, hoje mais heterogênea, mais interiorizada, mais plural e bem mais representada social, étnica e economicamente do que na

<sup>4</sup>Marilena Chauí (2003, p. 7) traz a seguinte definição para o termo universidade operacional: “[...] calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual”.

época de sua criação, deve, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, desenvolver um olhar que busque ampliar e fortalecer sua função social.

Por meio do estímulo ao olhar crítico e pensamento emancipatório, ao graduando será propiciado o desenvolvimento de uma leitura da realidade que culmine em ações a serem revertidas em benefícios para a sociedade.

Inserir no ambiente universitário uma população que historicamente sempre esteve à margem do Ensino Superior significa oferecer dignidade a uma classe que, em sua maioria, esteve excluída da continuidade nos estudos universitários. A função da universidade se cumprirá de forma mais ampla, e justa, na medida em que se possa garantir que esse novo público adentre, estude e conclua sua graduação de modo igualmente digno. Que eles possam oferecer sua contribuição por meio do ensino, pesquisa e extensão, cujas ações e resultados não estejam direcionados apenas aos interesses da classe dominante, mas contemplem uma produção de conhecimento que se aproxime das necessidades e da realidade da classe trabalhadora e das camadas populares em geral buscando, assim, ampliar os seus vínculos em prol de sua transformação e melhoria.

Em suma, isso representaria, em outras palavras, admitir a existência de uma universidade mais engajada com as demandas sociais, menos elitista, resultando numa maior participação na vida social. Usando as palavras de Boaventura Sousa e Santos (1999, p. 205), uma universidade cujo compromisso social deveria estar voltado para “os graves problemas nacionais como a criminalidade, o desemprego, a degradação das cidades, a habitação, ou mesmo problemas regionais ou locais da comunidade imediatamente envolvida”. Portanto, há muito o que se fazer para garantir uma universidade mais democrática e inclusiva que atenda a todos/as e contribua para a resolução dos problemas sociais.

## Referências

ANDES/SN. Proposta do ANDES/SN para a Universidade Brasileira. **Cadernos ANDES n° 2**. Brasília: Andes/SN, outubro de 2003

ARAÚJO, Alexandre Garcia. Ensaio sobre A Universidade E Sua Função Social. **Filosofando: Revista de Filosofia da UESB**, Ano 1, Número 1, jan.-jun. 2013. Disponível em: [236653025.pdf \(core.ac.uk\)](http://www.core.ac.uk/files/3025/236653025.pdf). Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Andifes. Fonaprace, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**: Relatório Final da Pesquisa. FONAPRACE. Brasília: FONAPRACE, 2019a. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-PerfilSocioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Repensando o papel da universidade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, p. 104-108, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902004000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/R8h3p6q9ndKm3JkLDg6ZGcF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2022.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24. set/dez 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 13, n. 1, p. 193-207, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v13n1/a11v13n1.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

DIAS SOBRINHO, José. Seminário: **Universidade: Por que e como reformar. MEC/SESu-06 e**, v. 7, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/palestra5.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. Educação “bancária” e educação libertadora. **Introdução à psicologia escolar**, v. 3, p. 61-78, 1997.

GOMES, Caio Cesar Piffero. O papel social da universidade. 2014. **XIV Colóquio internacional de gestão universitária – CIGU**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131807/2014-175.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 mar. 2022.

McCOWAN, Tristan. A base conceitual do direito universal à educação superior. 2015. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 20, n. especial, p. 155-182, 2015. *In*: *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 14, n. 01, p. 1-26, jan. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2007.  
REALE, Giovanni. **Ensaio introdutório**. Em *Metafísica* [Πρώτη Φιλοσοφία - Primeira Filosofia], v. I. Traduzido do italiano para o português por Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002-I.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 7 ed. 1999.

SGUISSARDI, VALDEMAR Palestra **Mercadização/mercantilização**: Desafios para a missão das Instituições de Educação Superior Campinas, Unicamp, 28 de novembro de 2016. Em: FORGES – 6ª Conferência Para que (m) servem as Instituições de Educação Superior? Balanços, proposições e desafios acerca do papel das IES no Século XXI (Unicamp, Campinas, SP, 28 a 30 de novembro de 2016). Disponível em: [https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/12/Valdemar-Sguiss-Mercadizac\\_a\\_o-mercantilizac\\_a\\_o-Texto-Mesa.pdf](https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/12/Valdemar-Sguiss-Mercadizac_a_o-mercantilizac_a_o-Texto-Mesa.pdf). Acesso em: 03 mar. 2022.